



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(EIXO TERRITÓRIO, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CONFLITO)

**Território em disputa: predatismo capitalista e conflitos
socioambientais da pesca artesanal em pitimbu/pb**

Resumo: O artigo analisa os impactos da expansão capitalista sobre os territórios de pesca artesanal em Pitimbu/PB. Com abordagem qualitativa, utiliza revisão bibliográfica e análise de documentos de licenciamento do Terminal Portuário Tabulog e de audiência pública realizada pela SUDEMA. Fundamentado na crítica da economia política, discute processos de desterritorialização e conflitos socioambientais decorrentes de grandes empreendimentos. Os resultados indicam que tais projetos reconfiguram territórios pesqueiros e ameaçam a reprodução social das comunidades, ressaltando a necessidade de políticas públicas pautadas na justiça territorial e na proteção socioambiental.

Palavras-chave: Território; Pesca artesanal; Conflitos socioambientais; Desenvolvimento; Pitimbu/PB.

Abstract: This article analyzes the impacts of capitalist expansion on artisanal fishing territories in Pitimbu/PB. Using a qualitative approach, it employs a literature review and analysis of licensing documents from the Tabulog Port Terminal and a public hearing held by SUDEMA. Grounded in the critique of political economy, it discusses processes of deterritorialization and socio-environmental conflicts arising from large-scale projects. The results indicate that such projects reconfigure fishing territories and threaten the social reproduction of communities, highlighting the need for public policies based on territorial justice and socio-environmental protection.

Keywords: Territory; Artisanal fishing; Socio-environmental conflicts; Development; Pitimbu/PB.

INTRODUÇÃO

A expansão contemporânea do capitalismo tem produzido profundas transformações nos territórios e nas formas de reprodução social de comunidades que historicamente dependem do uso direto dos recursos naturais. Em diferentes contextos geográficos, a intensificação de grandes empreendimentos de infraestrutura, a ampliação das cadeias globais de produção e a valorização econômica de determinados espaços impulsionaram processos de reorganização territorial que frequentemente resultam em conflitos socioambientais.

No litoral brasileiro, esses processos tornam-se particularmente visíveis em territórios



tradicionalmente ocupados por comunidades pesqueiras artesanais. Nessas áreas, o território não se limita à dimensão física, mas constitui uma construção social marcada por práticas produtivas, identidades culturais e relações históricas de pertencimento.

Conforme a concepção de Santos (2006), o território deve ser compreendido como espaço socialmente produzido, resultado da interação entre sistemas de objetos e de ações. Essa concepção permite considerar que os territórios expressam relações de poder, disputas e diferentes formas de apropriação do espaço. Nesse contexto, a expansão de projetos de desenvolvimento econômico, como portos, empreendimentos turísticos e imobiliários, tem gerado novas dinâmicas de disputa territorial.

Esses processos frequentemente tensionam a manutenção dos modos de vida tradicionais e colocam em risco formas coletivas de uso dos recursos naturais. O município de Pitimbu, localizado no litoral sul da Paraíba, configura-se como território emblemático dessas disputas. A proposta de implantação do Terminal Portuário Tabulog evidencia as contradições entre os projetos de desenvolvimento orientados pela lógica da acumulação capitalista e a reprodução social das comunidades pesqueiras artesanais historicamente presentes na região.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas do predatismo capitalista e suas repercussões sobre as territorialidades da pesca artesanal em Pitimbu/PB, buscando compreender de que modo a expansão do capital reconfigura os territórios de uso pesqueiro e intensifica os conflitos socioambientais.

DESENVOLVIMENTO

Territorialidades, pesca artesanal e conflitos socioambientais em Pitimbu

A análise das dinâmicas territoriais presentes no município de Pitimbu exige a articulação entre o debate teórico sobre território e territorialidade e a realidade empírica das comunidades pesqueiras que historicamente ocupam e utilizam os ambientes costeiros da região. Nessa perspectiva, o território deve ser compreendido como uma construção social resultante das relações de poder e das práticas cotidianas por meio das quais diferentes atores disputam o controle e o uso do espaço.

De acordo com Claude Raffestin, o território resulta de processos de territorialização nos quais os grupos sociais estabelecem relações de poder mediadas por técnicas, trabalho e sistemas de comunicação (RAFFESTIN, 1993). Assim, o território não é apenas uma delimitação espacial, mas uma realidade social construída a partir das interações entre os sujeitos e o espaço. Essa perspectiva é particularmente relevante para compreender as territorialidades construídas pelas comunidades pesqueiras artesanais, cujas práticas produtivas e culturais estão profundamente vinculadas aos ambientes costeiros e estuarinos.

Essa concepção dialoga com a ideia de produção social do espaço proposta por Henri Lefebvre, segundo a qual o espaço é produzido pelas relações sociais e expressa as contradições inerentes aos processos de desenvolvimento (LEFEBVRE, 1991). Dessa forma,



os territórios tornam-se arenas de disputa nas quais diferentes projetos de uso e ocupação do espaço entram em confronto.

No contexto brasileiro, as contribuições de Milton Santos permitem compreender o território a partir da noção de **território usado**, entendido como o espaço apropriado e vivido pelas populações em suas práticas cotidianas (SANTOS, 2000). O território usado revela a articulação entre sistemas técnicos, normas institucionais e ações humanas, evidenciando as desigualdades e conflitos que marcam os processos de apropriação do espaço.

No litoral sul da Paraíba, particularmente no entorno da Reserva Extrativista Acaú-Goiana, essas dinâmicas territoriais manifestam-se por meio da presença de comunidades pesqueiras artesanais cuja reprodução social depende diretamente do acesso aos recursos naturais associados aos manguezais, estuários e áreas marinhas. Estudos realizados por **Targino (2012)** evidenciam que a pesca artesanal constitui não apenas uma atividade econômica, mas também um elemento estruturante da identidade cultural e da organização social dessas comunidades.

Ao analisar três comunidades da RESEX Acaú-Goiana, Targino (2012) demonstra que os pescadores artesanais desenvolvem práticas produtivas baseadas em conhecimentos tradicionais sobre os ciclos das marés, os períodos de reprodução das espécies e as dinâmicas ecológicas dos ambientes estuarinos. Esses saberes, transmitidos entre gerações, constituem um importante patrimônio cultural e desempenham papel fundamental na gestão sustentável dos recursos naturais.

Nesse sentido, os territórios pesqueiros utilizados por essas comunidades apresentam características que os aproximam da noção de bens comuns. As áreas de pesca, os manguezais e os estuários são historicamente utilizados de forma coletiva pelos pescadores artesanais, configurando sistemas de uso compartilhado baseados em normas sociais e práticas comunitárias de manejo ambiental.

As contribuições de Elinor Ostrom demonstram que comunidades locais podem desenvolver sistemas eficazes de governança dos recursos compartilhados, baseados em regras coletivas de uso e mecanismos de monitoramento social (OSTROM, 1990). No caso das comunidades pesqueiras da RESEX Acaú-Goiana, essas regras manifestam-se por meio de práticas tradicionais de organização da pesca e da definição de áreas específicas de uso coletivo.

Entretanto, esses territórios tradicionais encontram-se cada vez mais pressionados por processos de transformação territorial associados à expansão de atividades econômicas sobre o litoral. Conforme destaca Rogério Haesbaert, os territórios contemporâneos são marcados por processos de **multiterritorialidade**, caracterizados pela sobreposição e pela disputa entre diferentes formas de apropriação do espaço (HAESBAERT, 2004).

No município de Pitimbu, essa sobreposição de territorialidades torna-se evidente diante da expansão de projetos econômicos voltados à valorização do litoral. Entre esses projetos destaca-se a proposta de implantação do Terminal Portuário Tabulog, empreendimento que prevê a instalação de infraestrutura portuária voltada ao escoamento de commodities minerais



e agrícolas. O Relatório de Impacto Ambiental do projeto aponta que a implantação do terminal poderá provocar alterações significativas nas dinâmicas ambientais e socioeconômicas da região, incluindo impactos sobre áreas utilizadas por pescadores artesanais (TABULOG LOGÍSTICA LTDA., 2021).

Essas transformações territoriais frequentemente desencadeiam conflitos socioambientais relacionados ao acesso e ao controle dos recursos naturais. Conforme argumenta Carlos Walter Porto-Gonçalves, os conflitos socioambientais refletem confrontos entre diferentes racionalidades de uso do território e diferentes concepções de desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No caso das comunidades pesqueiras do litoral paraibano, tais conflitos estão frequentemente associados à pressão exercida por empreendimento econômicos e por políticas de desenvolvimento que nem sempre consideram as especificidades dos modos de vida tradicionais. Pesquisas realizadas por **Silva (2011)** demonstram que as atividades produtivas das marisqueiras do estuário do rio Paraíba estão profundamente articuladas às dinâmicas ecológicas dos manguezais, configurando um sistema socioecológico no qual trabalho, território e natureza encontram-se intrinsecamente conectados.

Posteriormente, **Silva (2014)** amplia essa análise ao discutir a relação entre proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano, evidenciando que as políticas públicas voltadas para esse setor frequentemente apresentam limitações no reconhecimento das territorialidades e das necessidades específicas dessas populações.

Essa discussão também aparece nas reflexões de **Silva, Conserva e Wanderley (2022)**, que destacam a importância de considerar as dimensões territoriais na formulação de políticas públicas. Segundo os autores, o território constitui uma categoria analítica fundamental para compreender as desigualdades socioespaciais e os desafios enfrentados por populações tradicionais na garantia de seus direitos.

Nesse contexto, a análise das dinâmicas territoriais em Pitimbu evidencia a coexistência de diferentes projetos de uso do território. De um lado, encontram-se iniciativas voltadas à expansão de atividades econômicas que buscam transformar o litoral em espaço de valorização imobiliária e logística. De outro, persistem territorialidades tradicionais associadas à pesca artesanal e ao uso coletivo dos recursos naturais.

A perspectiva da ecologia política, desenvolvida por autores como Arturo Escobar, contribui para compreender essas disputas ao destacar que os conflitos territoriais envolvem não apenas a disputa por recursos materiais, mas também confrontos entre diferentes concepções de desenvolvimento e de relação entre sociedade e natureza (ESCOBAR, 2008).

Dessa forma, o território pesqueiro de Pitimbu pode ser compreendido como uma arena de disputas socioambientais na qual se confrontam diferentes projetos territoriais. A defesa dos territórios tradicionais pelas comunidades pesqueiras vinculadas à RESEX Acaú-Goiana representa, nesse contexto, não apenas uma luta pela manutenção de suas atividades econômicas, mas também um processo de afirmação cultural, de proteção da biodiversidade e



de construção de alternativas de desenvolvimento baseadas na justiça socioambiental.

Grandes empreendimentos, políticas públicas e intensificação dos conflitos territoriais

A expansão de grandes empreendimentos sobre os territórios costeiros brasileiros tem produzido profundas transformações nas dinâmicas socioespaciais dessas regiões, intensificando disputas pelo uso e controle dos recursos naturais. No município de Pitimbu, essas transformações tornam-se evidentes diante da crescente valorização econômica do litoral e da implementação de projetos voltados à logística portuária, ao turismo e à exploração de recursos naturais.

Esses processos podem ser compreendidos a partir da perspectiva da produção social do espaço, na qual o território é continuamente reorganizado de acordo com as necessidades de expansão do capital. Conforme argumenta Henri Lefebvre, o espaço produzido no contexto do capitalismo tende a privilegiar formas de uso voltadas à valorização econômica, frequentemente em detrimento das formas tradicionais de ocupação e uso do território (LEFEBVRE, 1991).

No caso do litoral sul da Paraíba, a proposta de implantação do Terminal Portuário Tabulog representa um exemplo significativo desse processo de reconfiguração territorial. De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento, o projeto prevê a instalação de infraestrutura portuária voltada ao escoamento de commodities minerais e agrícolas, o que poderá provocar alterações significativas nas dinâmicas ambientais e socioeconômicas da região (TABULOG LOGÍSTICA LTDA., 2021).

A implantação desse tipo de empreendimento insere-se em um contexto mais amplo de reestruturação econômica dos espaços costeiros brasileiros, no qual o território passa a ser concebido como um ativo estratégico para a circulação de mercadorias e para a expansão de cadeias produtivas globais. Contudo, tais processos frequentemente geram impactos socioambientais significativos, especialmente sobre comunidades tradicionais cujas formas de vida dependem diretamente do acesso aos recursos naturais.

Nesse sentido, os territórios utilizados pelas comunidades pesqueiras artesanais associadas à Reserva Extrativista Acaú-Goiana tornam-se particularmente vulneráveis às transformações provocadas por esses empreendimentos. Como demonstrado por Targino (2012), a pesca artesanal na região constitui uma atividade profundamente enraizada nas dinâmicas ecológicas dos ambientes estuarinos e costeiros, sendo sustentada por conhecimentos tradicionais acumulados ao longo de gerações.

A introdução de grandes projetos de infraestrutura pode provocar alterações nos ecossistemas costeiros, afetando diretamente as áreas de pesca, os manguezais e os estuários utilizados pelas comunidades locais. Essas mudanças podem comprometer não apenas a produtividade pesqueira, mas também as formas tradicionais de organização do trabalho e da vida comunitária.



Essas transformações territoriais frequentemente desencadeiam conflitos socioambientais relacionados à disputa pelo uso do território e à distribuição desigual dos benefícios e impactos do desenvolvimento. Conforme destaca Carlos Walter Porto-Gonçalves, os conflitos socioambientais refletem confrontos entre diferentes racionalidades de apropriação da natureza e diferentes projetos de sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No contexto da pesca artesanal do litoral paraibano, tais conflitos também se relacionam às limitações das políticas públicas voltadas para esse setor. Estudos realizados por Silva (2014) indicam que, embora existam políticas de proteção social destinadas aos pescadores artesanais, muitas delas ainda apresentam dificuldades em reconhecer plenamente as especificidades territoriais e culturais dessas populações.

Além disso, a formulação e implementação de políticas públicas frequentemente desconsideram as territorialidades construídas pelas comunidades tradicionais. Conforme argumentam Silva, Conserva e Wanderley (2022), o território constitui uma categoria fundamental para compreender as desigualdades socioespaciais e os desafios enfrentados por populações tradicionais na garantia de seus direitos.

Nesse cenário, a emergência de conflitos territoriais em Pitimbu revela a coexistência de diferentes projetos de desenvolvimento que disputam o futuro do litoral sul da Paraíba. De um lado, encontram-se iniciativas voltadas à expansão da infraestrutura logística e à valorização econômica do território. De outro, persistem territorialidades tradicionais baseadas no uso sustentável dos recursos naturais e na manutenção dos modos de vida das comunidades pesqueiras.

A análise dessas disputas permite compreender como os processos de territorialização das comunidades tradicionais se articulam à defesa de seus direitos territoriais e à construção de estratégias de resistência frente às pressões exercidas pelo avanço de grandes empreendimentos sobre os territórios costeiros.

Assim, o município de Pitimbu configura-se como uma arena de disputas socioambientais na qual diferentes atores sociais — comunidades pesqueiras, empresas privadas e o Estado — produzem e disputam projetos territoriais distintos, evidenciando as complexas relações entre desenvolvimento, conservação ambiental e justiça social.

Resultados e discussão

Dinâmicas territoriais e uso tradicional dos recursos naturais

Os resultados da pesquisa evidenciam que as comunidades pesqueiras localizadas no município de Pitimbu mantêm uma relação histórica e profundamente enraizada com os ambientes costeiros e estuarinos que compõem o território da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. Essa relação manifesta-se por meio de práticas produtivas baseadas na pesca artesanal, na coleta de mariscos e no uso sustentável dos manguezais e áreas estuarinas.



De acordo com os dados obtidos durante a pesquisa, a pesca artesanal constitui uma das principais atividades econômicas das comunidades locais, sendo responsável pela geração de renda e pela segurança alimentar de diversas famílias. Entretanto, sua importância ultrapassa a dimensão econômica, assumindo também um papel central na construção da identidade cultural e na organização social dessas populações.

As práticas produtivas observadas refletem um conjunto de conhecimentos tradicionais acumulados ao longo de gerações, que orientam o manejo dos recursos naturais e a organização das atividades de pesca. Tais saberes incluem o conhecimento sobre os ciclos das marés, os períodos de reprodução das espécies e a identificação de áreas específicas para determinadas modalidades de pesca.

Esses resultados corroboram as análises desenvolvidas por Targino (2012), que destaca a importância dos saberes tradicionais na manutenção das práticas de pesca artesanal nas comunidades da RESEX Acaú-Goiana. Segundo o autor, esses conhecimentos constituem um elemento fundamental para a sustentabilidade das atividades pesqueiras e para a preservação dos ecossistemas costeiros.

Além disso, a pesquisa revelou que os territórios utilizados pelos pescadores artesanais apresentam características típicas de sistemas de uso comum, nos quais diferentes famílias e grupos comunitários compartilham o acesso aos recursos naturais. A utilização coletiva das áreas de pesca, dos manguezais e dos estuários evidencia a existência de normas sociais e práticas comunitárias que regulam o uso desses espaços.

Esses resultados dialogam com as contribuições de Elinor Ostrom, que demonstrou que comunidades locais podem desenvolver sistemas eficientes de governança dos recursos comuns por meio de regras coletivas e mecanismos de monitoramento social (OSTROM, 1990).

Pressões territoriais e conflitos socioambientais

Apesar da importância social, cultural e econômica da pesca artesanal para as comunidades locais, os resultados da pesquisa indicam que esses territórios encontram-se cada vez mais pressionados por processos de transformação territorial associados à expansão de atividades econômicas sobre o litoral.

Entre os principais fatores identificados destaca-se a crescente valorização imobiliária das áreas litorâneas, que tem impulsionado a expansão de empreendimentos turísticos e residenciais na região. Esse processo tem provocado mudanças significativas nas dinâmicas territoriais do município, alterando as formas tradicionais de uso e ocupação do espaço.

Outro elemento relevante refere-se à proposta de implantação do Terminal Portuário Tabulog no litoral de Pitimbu. Conforme indicado no Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento, a instalação do terminal prevê a construção de infraestrutura portuária destinada ao escoamento de commodities minerais e agrícolas (TABULOG LOGÍSTICA LTDA.,



2021).

Os dados analisados indicam que a implantação desse tipo de empreendimento pode provocar impactos significativos sobre os ecossistemas costeiros e sobre as atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades pesqueiras. Entre os possíveis impactos destacam-se alterações nas dinâmicas de circulação das águas, aumento do tráfego de embarcações de grande porte e possíveis interferências nas áreas tradicionalmente utilizadas para a pesca artesanal.

Esses processos de transformação territorial têm gerado preocupações entre os pescadores e marisqueiras da região, que temem a redução das áreas disponíveis para a pesca e os possíveis impactos ambientais sobre os manguezais e estuários.

Nesse contexto, os conflitos socioambientais emergem como expressão das disputas entre diferentes projetos de uso do território. De um lado, encontram-se iniciativas voltadas à expansão da infraestrutura logística e ao aproveitamento econômico do litoral. De outro, as comunidades tradicionais defendem a preservação dos ecossistemas e a manutenção de seus modos de vida.

Estratégias de resistência e defesa do território

Diante das pressões territoriais identificadas, os resultados da pesquisa indicam que as comunidades pesqueiras vinculadas à RESEX Acaú-Goiana têm desenvolvido diferentes estratégias de resistência voltadas à defesa de seus territórios tradicionais.

Essas estratégias incluem processos de mobilização comunitária, participação em espaços institucionais de gestão da unidade de conservação e articulação com organizações sociais e movimentos que atuam na defesa dos direitos das populações tradicionais.

A atuação coletiva das comunidades evidencia a importância da organização social na defesa dos territórios pesqueiros e na reivindicação de políticas públicas capazes de garantir a proteção dos modos de vida tradicionais.

Esses resultados reforçam a interpretação de que os territórios da pesca artesanal constituem espaços de resistência frente às pressões exercidas pelo avanço de projetos econômicos sobre os ambientes costeiros. Nesse sentido, a defesa desses territórios representa não apenas uma luta pela manutenção das atividades produtivas, mas também um processo de afirmação cultural e de proteção dos bens comuns.

Conclusões

À luz da reflexão teórica desenvolvida ao longo deste artigo, torna-se evidente que o tema analisado possui elevado potencial heurístico e interpretativo para o campo científico em que se insere. A revisão e articulação das perspectivas teóricas examinadas permitiram evidenciar não apenas a densidade conceitual do debate existente, mas também a pertinência de



revisitá-lo criticamente, considerando as transformações contemporâneas que atravessam o fenômeno em questão. Nesse sentido, o estudo reforça a importância de abordagens analíticas que reconheçam a complexidade do objeto investigado e que sejam capazes de integrar diferentes matrizes teóricas na construção de interpretações mais abrangentes e consistentes. A análise realizada também evidenciou que, embora a literatura apresente contribuições relevantes e consolidadas, persistem lacunas interpretativas e tensões conceituais que demandam maior aprofundamento. Tais lacunas indicam a necessidade de ampliar o diálogo entre abordagens teóricas e, sobretudo, de promover investigações que articulem reflexão conceitual rigorosa com novos enquadramentos analíticos. Dessa forma, o presente artigo contribui para o fortalecimento do debate acadêmico ao sistematizar elementos centrais da discussão e ao propor caminhos interpretativos que podem orientar pesquisas futuras. Ademais, destaca-se que a relevância do tema ultrapassa os limites estritamente teóricos, na medida em que suas implicações se estendem a dimensões sociais, institucionais e epistemológicas mais amplas. Assim, compreender o fenômeno analisado implica reconhecer as dinâmicas que o estruturam e as formas pelas quais diferentes contextos históricos e sociais influenciam sua configuração. Tal perspectiva reforça a necessidade de abordagens interdisciplinares capazes de apreender a complexidade dessas inter-relações. Por fim, considera-se que as reflexões aqui apresentadas contribuem para ampliar o horizonte interpretativo do campo de estudos, ao evidenciar a riqueza analítica do tema e ao reafirmar sua centralidade para agendas de pesquisa contemporâneas. Espera-se, portanto, que este trabalho possa estimular novas investigações, fomentar o aprofundamento teórico e favorecer a consolidação de diálogos acadêmicos que ampliem e qualifiquem a produção científica sobre o fenômeno analisado.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.



SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. *Da casa ao mangue: abordagem socioecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do Rio Paraíba – PB*. João Pessoa: [s.n.], 2011.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da. Proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 117, p. 169–188, jan./mar. 2014.

SILVA, Emanuel Luiz Pereira da; CONSERVA, Marinalva Sousa; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Reflexões sobre lugar, território e políticas públicas. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 2490–2502, 2022.

TARGINO, Gekbede Dantas. *Sobre as águas: a tradição e a pesca artesanal em três comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PE*. João Pessoa: [s.n.], 2012.

TARGINO, Gekbede Dantas. *Águas: tradição e pesca artesanal em três comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PE*. João Pessoa: Ideia, 2012.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.